

25 DE ABRIL

**Do Golpe Militar à Revolução
na forma tentada**

DAVID MARTELO

EDIÇÕES SÍLABO

É expressamente proibido reproduzir, no todo ou em parte, sob qualquer forma ou meio gráfico, eletrónico ou mecânico, inclusive fotocópia, este livro. As transgressões serão passíveis das penalizações previstas na legislação em vigor. Não participe ou encoraje a pirataria eletrónica de materiais protegidos. O seu apoio aos direitos dos autores será apreciado.

Visite a Silabo na rede
www.silabo.pt

FICHA TÉCNICA:

Título: 25 de Abril – Do Golpe Militar à Revolução na Forma Tentada

Autor: David Martelo

© Edições Silabo, Lda.

Capa: Pedro Mota

Imagem superior da capa: Fundação Mário Soares e Maria Barroso/Alfredo Cunha

Imagem inferior da capa: Grande manifestação da construção civil:

Assembleia da República. Foto de Miranda Castela, 1975.

© Arquivo Fotográfico da Assembleia da República, MC 01936

1ª Edição – Lisboa, novembro de 2020.

Impressão e acabamentos: Europress, Lda.

Depósito Legal: 476502/20

ISBN: 978-989-561-138-6

 **EDIÇÕES SÍLABO, Lda.**
Publicamos conhecimento

Editor: Manuel Robalo

R. Cidade de Manchester, 2

1170-100 Lisboa

Tel.: 218130345

e-mail: silabo@silabo.pt

www.silabo.pt

Índice

Introdução	11
Capítulo 1 – A caminho do golpe militar	15
Porquê?	17
A publicação de <i>Portugal e o Futuro</i>	24
Capítulo 2 – A necessidade de um projeto político	35
A derradeira reunião plenária do Movimento – Cascais, 5 de março de 1973	37
A atribulada redação do Programa do MFA	46
O Programa de caserna e as expetativas	51
Capítulo 3 – 1ª Travagem – Retardamento da paz em África	55
Emendas de última hora no programa do MFA	57
Primeira desilusão	61
Movimentos de libertação rejeitam solução saída do 25 de Abril	63
A presciência de Almeida Santos	71
Capítulo 4 – Entre o debate sem paz e a paz sem debate	75
Duas opções	77
A vertente diplomática da questão colonial	79
Primeiras negociações	83
Dificuldades entre Spínola e o MFA	93

Capítulo 5 – Do golpe militar à revolução (e à contrarrevolução)	99
Primeiros passos em liberdade	101
A revolução à paisana e a antevisão do PCP	104
A adaptação à nova realidade e o papel do antifascismo	111
Capítulo 6 – 2ª Travagem – Coesão das Forças Armadas e crise Palma Carlos	117
Tentativas de ‘travagem’ do MFA no interior das Forças Armadas	119
Governo pressiona MFA	120
A crise do governo chefiado por Palma Carlos	124
O II Governo Provisório	132
O documento Hugo dos Santos-Engrácia Antunes	134
Capítulo 7 – 28 de setembro, queda de Spínola e emergência da opção revolucionária no MFA	137
A manifestação da ‘Maioria Silenciosa’	139
Revolução? Quem disse?	143
Rejeição da ‘velha receita da burguesia reformista liberal’	146
A via socializante	156
Capítulo 8 – O golpe de 11 de março	163
A conspiração spinolista	165
A provocação da «Matança da Páscoa»	167
À espera da história	170
Capítulo 9 – A Assembleia do MFA na noite de 11/12 de março de 1975	173

Capítulo 10 – A revolução acelera (e a contrarrevolução também)	187
Rescaldo do 11 de Março	189
I Pacto MFA-Partidos	192
Em campanha eleitoral	194
A contrarrevolução prepara-se	202
Capítulo 11 – As eleições para a Assembleia Constituinte	207
Capítulo 12 – A crise da revolução	217
Questões de Liberdade	219
O <i>ultimatum</i> do COPCON	222
A verosimilhança da entrevista de Cunhal a Oriana Fallaci	225
A entrevista de Cunhal ao jornal <i>L'Humanité</i>	234
A necessidade de reencontrar um rumo	239
Mais documentos	241
Capítulo 13 – Rotura e contrarrevolução	249
Crise do IV Governo Provisório	251
Onda anticomunista – PS mostra a sua força – Igreja colabora	253
Documento de 'análise política global', de Vasco Gonçalves	259
A reunião na Escola Prática de Infantaria (EPI)	263
Assembleia do MFA de 25 de julho de 1975	264
Últimos dias de julho	269
O pronunciamento na Região Militar do Norte – 1ª fase	271
Tentativa de saneamento do coronel Jaime Neves no Regimento de Comandos	274
Enquanto isso...	277

Capítulo 14 – O Documento dos Nove	279
Oportunidade para parar	281
Entrevista de Melo Antunes a <i>Le Nouvel Observateur</i>	284
10 de agosto de 1975 – Reunião plenária do Comité Central do PCP	285
Braga – 10 de agosto – Manifestação de apoio à Igreja Católica	290
O Documento do COPCON	291
O último número de <i>Movimento</i>	292
Capítulo 15 – A queda de Vasco Gonçalves	297
Discurso de Almada	299
Rebelião militar a Norte – 2. ^a fase	307
Sinais de desorientação – Comunicados apoiados e anulados	309
Últimos atos do «gonçalvismo» – A Frente Unitária Popular	312
Morais e Silva, Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, descola da sombra	319
Assembleias de Tancos	321
Capítulo 16 – Inversão de marcha	325
A revolução passa à oposição	327
A «ofensiva social-democrata»	329
Não passarão!	334
Capítulo 17 – O VI Governo Provisório	335
Ainda rumo ao socialismo	337
Otelo deixa um aviso	339
O Regimento de Polícia Militar pronuncia-se	341
AMI – um Copcon de tipo «confiável»	344
Um fim de semana politicamente trágico	348

Capítulo 18 – Indisciplina nas fileiras – CICAP, RASP e SUV	355
Atmosfera de golpismo	357
A indisciplina nas Forças Armadas no debate dos partidos	367
Disciplina e operacionalidade	370
A revolução socialista em Plano B	378
Capítulo 19 – Novembro – Sem disciplina nem governo	381
Conspirações	383
Desestabilização das tropas paraquedistas	388
Grandes manifestações	389
O drama de Otelo – uma questão de percentagem	392
Paraquedistas mudam de campo	394
Capítulo 20 – A «Comuna de Lisboa»	399
Novembro lembra a Revolução Russa	401
Cerco da Assembleia Constituinte	404
Com Otelo estão poucos	407
Conselho da Revolução forçado a agir	411
Entrevista de Melo Antunes a <i>Le Nouvel Observateur</i>	414
25 de Novembro – Travagem final	416
Capítulo 21 – Reflexão final	421
Anexo A – Entrevista de Álvaro Cunhal a Oriana Fallaci	435
Acrónimos	445
Bibliografia	449

«A maioria dos oficiais participou num golpe militar, num pronunciamento militar, sem saber que estava a desencadear uma revolução»!¹

Ernesto Melo Antunes

⁽¹⁾ ANTUNES, E. Melo, *A Descolonização portuguesa: mitos e realidades*, in «História de Portugal» (Dir. Prof. João Medina), Vol. XIV, p. 182.

Introdução

Grândola vila morena
Terra da fraternidade
O povo é quem mais ordena
Dentro de ti, ó cidade!

A operação militar de 25 de Abril de 1974 e o processo revolucionário que então se iniciou constituem, no seu conjunto, uma página relevante da História de Portugal. Passados quarenta e seis anos, estão já publicadas diversas obras sobre este tema, abrangendo estudos académicos, memórias, entrevistas e biografias. Não abundam, porém, obras que cubram o período que vai do início da conspiração até ao 25 de Novembro, sem estarem referidas, direta ou indiretamente, a um determinado protagonista.

Não se nega a importância dos trabalhos desenvolvidos em função da ‘memória’ das personalidades, civis e militares, que desempenharam funções de alta responsabilidade durante o período revolucionário. São esses textos que nos deixam a informação que, na época dos acontecimentos, não foi do conhecimento público, e que, tantas vezes, explicam situações ou se constituem como autênticas revelações.

Mas essas recordações, muito interessantes para quem já possui alguma informação sobre o assunto ou foi contemporâneo dos acontecimentos, não conseguem, na maioria das vezes, proporcionar uma visão global e cronologicamente bem definida, condição indispensável para o perfeito entendimento dos portugueses mais jovens.

Uma vez que fui contemporâneo e participante ativo no *Movimento dos Capitães*, disponho de conhecimentos e vivências que me foram muito úteis na elaboração deste texto, mas essa ‘memória’ foi

largamente completada por um intenso trabalho de investigação, pelo que seria profundamente errado dar-lhe a forma de «Memórias».

Não dispondo de uma quantidade de 'segredos' comparável aos já expressos pelas principais figuras da revolução, procurei apoiar-me nos jornais da época, emprestando ao texto uma característica inovadora – a recordação da revolução numa perspetiva muito próxima daquela que poderia ser a do cidadão comum contemporâneo dos acontecimentos.

Deste modo, esta obra privilegia **a memória do que foi público** e segue uma linha que o autor pretendeu ser de fácil compreensão, pelo que resumiu ou se absteve totalmente de se espriar pelos processos de descolonização, pelos meandros culturais daquela época e por outras questões de indiscutível importância, mas cuja inclusão não só a tornariam desnecessariamente longa como também poderiam distrair o leitor da orientação escolhida.

A «Revolução na forma tentada» é a expressão que define uma situação histórica sem precedentes e cuja tipificação tem sido objeto de variadas classificações. Quando Pezarat Correia se interrogou sobre se «houve ou não em 1974/1976 uma revolução em Portugal? Se não, como poderá caracterizar-se aquilo a que chamei o segundo tempo do 25 de Abril?»¹ estava a dar nota da dificuldade que encontrava em definir com exatidão os acontecimentos do período que antecedeu a normalização constitucional. O facto de o autor desta obra preferir a designação sugerida no título não colide em absoluto com a visão reflexiva de Pezarat Correia. É que, de facto, teve lugar uma **tentativa revolucionária** de inspiração socialista, que, não só não estava na intenção dos «capitães» como, ainda assim, se viria a gorar nos seus objetivos amplamente declarados.

Esta obra é, também, um texto de História Militar. De facto, as Forças Armadas, apesar de imensas dificuldades e de múltiplos desvios, mantiveram sempre o nível suficiente de «Instituição» e a elas se devem todas as inflexões significativas ocorridas durante o período de transição, incluindo a determinação de cumprir a promessa de eleições livres.

⁽¹⁾ CORREIA, P. Pezarat, *Questionar Abril*, p. 49.

A componente militar foi sempre determinante ao longo do «segundo tempo» do 25 de Abril, pelo que a reflexão sobre esse período, tendo necessariamente uma importante carga ideológica, pode e deve fazer-se recorrendo à técnica dos estudos de situação castrenses, substituindo, na tetralogia «meios, inimigo, terreno e condições meteorológicas», terreno por *população* e condições meteorológicas por *influência externa*. Um estudo nessas condições conduz à melhor percepção daquilo que Álvaro Cunhal tantas vezes designou por «correlação de forças», fórmula que se adapta perfeitamente ao conceito de «potencial relativo de combate» da terminologia militar.

O 25 de Abril começou como operação militar e foi, até 25 de novembro, um processo fortemente governado pelas leis da guerra. Muitos nunca se aperceberam disso, mas não admira que a vitória tenha caído para o lado dos mais fortes, como sucede na maior parte das guerras. Venceu sempre quem tinha mais força, mas seria um erro tremendo de apreciação se, numa perspetiva unicamente militar, fosse esquecida a enorme contribuição para a vitória dada pelo povo português, conferindo ao desenlace final as características de um desfecho de quem não só tinha mais força como tinha mais argumentos democráticos.

Para quem se tenha empenhado pessoalmente no derrube do Estado Novo, ao júbilo da implantação da democracia, como fora aspiração dos «capitães», juntar-se-á, para sempre, a profunda mágoa resultante da divisão criada nas fileiras do MFA, a partir do outono de 1974. Nestas páginas, diversas vezes deixarei escapar alguns comentários dessa mágoa sem fim, talvez só devidamente entendível por quem serviu nas Forças Armadas. Camaradagem, disciplina, franqueza, coragem – todas essas virtudes foram rudemente postas à prova, num turbilhão de paixões que a memória gostaria de olvidar.

Mas a História merece que não esqueçamos o principal, e é nessa medida que vos convido a reviver esse período, simultaneamente exaltante e perturbador, que lançou os fundamentos da nossa Liberdade.

■ Declaração de interesses

Quando se produziu a divisão no seio do MFA, optei por seguir a linha mais moderada e fui convicto subscritor do Documento Melo Antunes.

Capítulo 1

A caminho do golpe militar

«Revolução é uma ideia que encontrou as suas baionetas.»

Napoleão Bonaparte

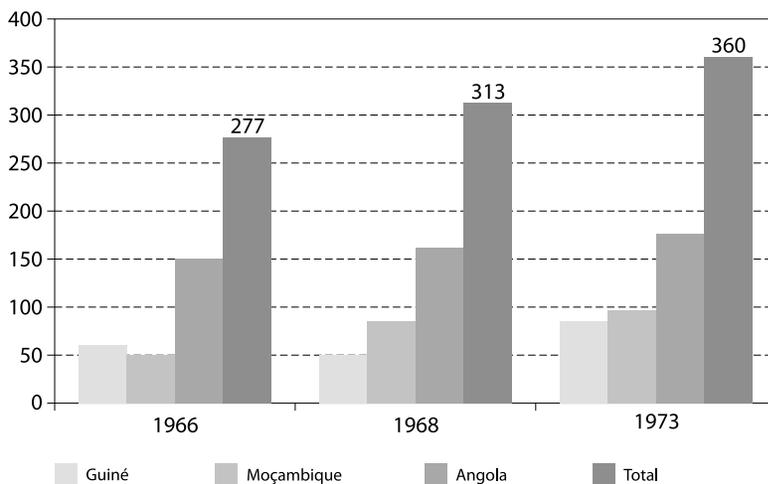
Porquê?

A motivação primeira e principal do processo que conduziria ao 25 de Abril foi a guerra em Angola, Guiné e Moçambique e o doloroso sentimento, que se generalizara, de que se tratava de uma questão que apenas dizia respeito aos militares. Esta afirmação nunca chegou a ser uma opinião de alguma tendência do pós-25 de Abril, porque está registada de forma incontroversa ainda antes daquela data. De facto, a angústia dos responsáveis pela conduta do esforço de guerra não nos chega, apenas, através de escritos posteriores a 1974. No *Jornal do Exército* de julho de 1970, em artigo onde se lamentava o desinteresse que o desenrolar do conflito ia merecendo à maior parte dos portugueses, não se escondia o ressentimento da Instituição Militar:

Esse esquecimento, por vezes quase alheamento, do que por lá se passa é uma ofensa para todo aquele que, generosamente, está combatendo e sacrificando anos da sua vida para o bem comum. A indiferença generalizada pela tropa que vai e pela que regressa é, infelizmente, facto mais que comprovado para a quase totalidade das pessoas que ali não tenham parentes ou amigos...

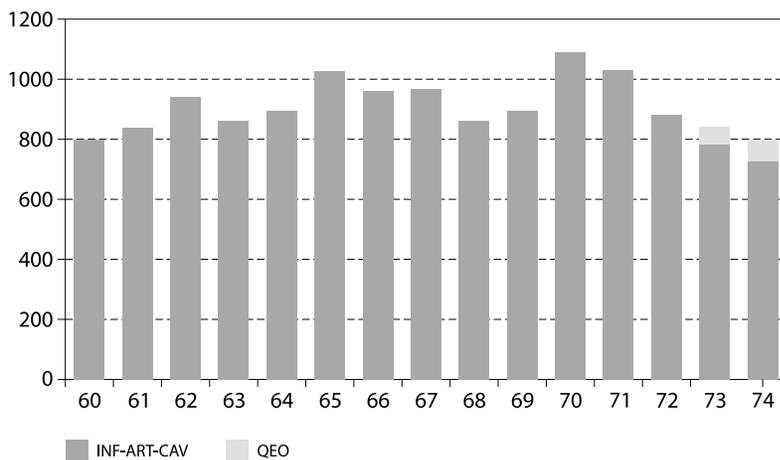
O efeito moral desta realidade era, naturalmente, devastador. Em termos históricos, procurar outras motivações para a revolta de 25 de Abril é não ter a capacidade de medir a perda de potencial militar provocado por esta desmoralização e o quanto essa perturbação nas fileiras influiu no caminho para o golpe militar. Essa desmoralização somava-se ao conhecimento que os oficiais tinham do esgotamento de meios humanos a que a prolongada guerra conduzira, obrigando a um constante aumento de efetivos (Quadro A) e à consequente diminuição da qualidade do enquadramento, devido à redução de oficiais do QP (Quadro B).

Quadro A. Unidades tipo CCaç, CCmds e ERec



Fonte: AFONSO, Aniceto e MATOS GOMES, Carlos, Guerra Colonial, pp. 151-155.

Quadro B. Capitães do Exército – Armas Combatentes



Fonte: DSP/M.E., Listas de Antiquidades dos Oficiais dos Quadros Permanentes (1960-1974).

Depois dos primeiros sinais de rebelião terem ecoado, em agosto de 1973, entre a oficialidade que prestava serviço na Guiné, na metrópole, a primeira reunião alargada em que a ideia de revolta militar é claramente abordada tem lugar, a 24 de novembro de 1973, em S. Pedro do Estoril, logo seguida de outra, a 1 de dezembro, em Óbidos. Nesta última seria eleita, em definitivo, a Comissão Coordenadora Executiva, constituída por 3 oficiais de cada Arma ou Serviço.

O grande tema em debate passa das questões meramente profissionais para a guerra que se trava no ultramar. Face ao divórcio existente entre a maioria da população e a luta que as Forças Armadas travam em África, emerge dessas reuniões a necessidade de obter uma espécie de **legitimação da guerra**. Isto é, para a maioria dos capitães e subalternos, existe a clara disponibilidade para prosseguir a luta desde que os portugueses expressem essa vontade, por via eleitoral livre. É esse desejo de identificação com a vontade do povo que conduz o Movimento para a única solução adequada: a instauração de um regime democrático.

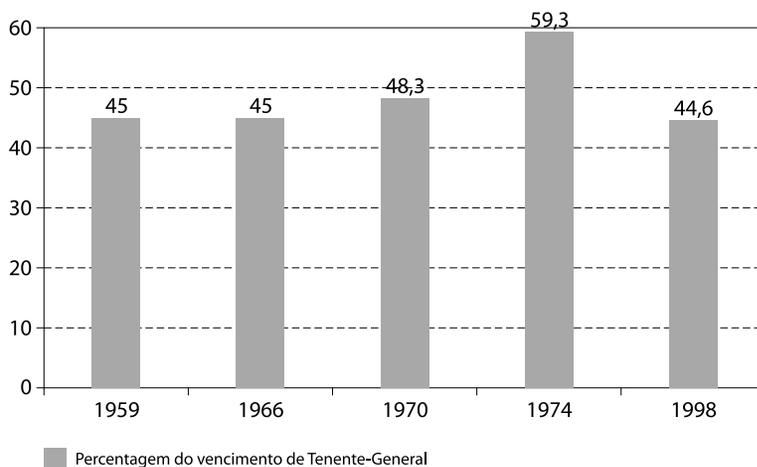
Para tal, porém, falta vencer as muitas interrogações que no espírito de grande parte dos oficiais se colocam. Está pela frente um largo Rubicão, para cuja travessia nem todos se encontram preparados. Importa sublinhar que, contrariamente ao sucedido por alturas do 28 de Maio de 1926, os militares não estavam habituados às revoltas militares. Esta circunstância tornava extraordinariamente penalizante, do ponto de vista moral, a opção por uma indispensável quebra de disciplina, cujos reflexos futuros poderiam ser de difícil controlo.

Ao longo do mês de dezembro de 1973, desenham-se os primeiros indícios de que, volvidos quase 13 anos sobre o falhado «golpe Botelho Moniz», a ideia de derrubar o regime por meio de um golpe de Estado volta a aflorar o espírito de alguns militares.

Por um lado, como atrás referimos, a questão da legitimação da guerra, por meio do voto popular, vai transformar em movimento político-militar – inicialmente designado por *Movimento dos Capitães* – o que fora, nos seus primórdios, uma manifestação de carácter corporativo. Ecos dessa inclinação não tardam a chegar ao governo. Como em outras ocasiões, o governo espera que os oficiais politicamente descontentes sejam uma minoria e que a maior parte esteja apenas motivada por razões corporativas.

Assim, para acalmar as tropas, o governo decide encerrar o ano de 1973 com a aprovação de nova tabela de vencimentos para as Forças Armadas!¹ A intenção de favorecer o posto de capitão é nítida. Conforme se pode ver no Quadro C, que inclui as três últimas tabelas de vencimentos anteriores a 1974, nunca a relação entre os vencimentos de general e capitão fora tão favorável a estes últimos. Mesmo que a medida fosse, em si mesma, um ato de inteira justiça, era, todavia, tarde demais para comprar consciências.

Quadro C. Vencimentos de Capitão



A posição do *Movimento de Oficiais das Forças Armadas* (MOFA) – designação adotada pelo movimento dos capitães, a partir do final de 1973 – haveria de se reforçar, no plano institucional, quando, a 14 de janeiro de 1974, o general António de Spínola é empossado como Vice-Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Poucos dias volvidos, Spínola recebe no seu gabinete uma delegação dos oficiais do Quadro Permanente (QP) oriundos de milicianos. Esta audiência vinha no seguimento de um contacto ocorrido no mês anterior, durante o qual o capitão António Ramos solicitara o apoio do general para a causa

⁽¹⁾ DL 710/73, de 31 de dezembro.

DAVID MARTELO. É oficial do Exército (coronel) reformado. Nascido em 1946, em Viseu, ingressou na carreira militar em 1963, mantendo-se no ativo até 1995. Encetou, então, a sua atividade como escritor, privilegiando o debate dos temas de defesa contemporâneos e a história militar. É autor das seguintes obras: *O Exército Português na Fronteira do Futuro*, *As Mágoas do Império*, *A Espada de Dois Gumes, 1974 – Cessar-Fogo em África*, *O Cerco do Porto*, *Os Caçadores*, *A Dinastia de Avis e a construção da União Ibérica*, *Origens da Grande Guerra* e *A imprevidência estratégica de Salazar – Timor 1941/Angola 1961*. Para as Edições Sílabo, traduziu e prefaciou, entre outras, as três principais obras de Maquiavel (*O Príncipe*, *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* e *A Arte da Guerra*), a *História da Guerra do Peloponeso*, de Tucídides, *Memórias Autobiográficas*, de Garibaldi, e *Autobiografia*, de Mussolini. É membro efetivo do Conselho Científico da Comissão Portuguesa de História Militar. De 2007 a 2012, foi membro do Comité Bibliográfico da Comissão Internacional de História Militar.

O derrube do regime do Estado Novo, em abril de 1974, a democratização que então se iniciou e a tentativa revolucionária subsequente, marcaram uma viragem relevante na História de Portugal.

Escasseia bibliografia que incida sobre o período que vai do início da conspiração até ao 25 de novembro de 1975 sem estar referida, direta ou indiretamente, a um determinado protagonista. É esse período que este livro relata, fornecendo uma visão global e cronologicamente bem definida dos acontecimentos, condição necessária para o seu adequado entendimento, privilegiando a descrição da dinâmica revolucionária e o cenário político-militar, frequentemente arrebatado, em que tiveram lugar.

25 de ABRIL

DO GOLPE MILITAR À REVOLUÇÃO NA FORMA TENTADA

